

## TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE AUTORIA FEMININA: APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Ana Ximenes Gomes de Oliveira<sup>1</sup>

Sávio Roberto Fonseca de Freitas<sup>2</sup>

*Um rio não caminha só,  
Ele atravessa:  
Rasga pedras e fere o chão com sua correnteza translúcida.*  
(NATÁLIA, 2016, p. 31)

A proposta para montar este dossiê temático *Tendências contemporâneas de autoria feminina* parte da importância de pesquisa em torno da produção literária, crítica e teórica de autoria feminina em territórios distintos, sobretudo, no chamado Sul Global de América e África, dialogando com outras territorialidades para pensar demandas sociais e culturais de nosso tempo relacionadas às discussões de gênero, da crítica feminista interseccional e dos estudos culturais na contemporaneidade. A partir disso, compreendemos os desafios do estudo crítico referente às lacunas históricas de tais questões no âmbito dos sujeitos femininos e nas suas relações intersubjetivas. Trazemos aqui, então, um breve debate sobre escritoras, literárias ou não, que vêm pontuando importantes considerações para a crítica feminista e a literatura escrita por mulheres da segunda metade do século XX até à atualidade.

O termo “tendência”, aqui utilizado, se configura como uma estratégia de percepção das diversas propostas de escritas literárias, que vêm ocupando o espaço de discussão sobre os hibridismos estéticos problematizadores de formas literárias ainda predominantes e autorizadas por um cânone literário machista e patriarcal. Pensar, por exemplo, as memórias, as crônicas, os diários, as cartas, o romance, as novelas, os poemas, os prosa-poemas, a dramaturgia, e tantas outras formas de manifestação escrita feitas por mulheres, requer uma sensibilidade e revisão teóricas fundamentadas por uma crítica literária feminista que percebe o empoderamento do lugar de fala das mulheres na contemporaneidade.

Territorializar a autoria feminina significa sempre revisar e problematizar as relações de gênero e os embates com os estudos de classe e raça.

A categoria de gênero como uma instância relacional, política e construída (e performativizada, como aponta Judith Butler) acentua uma complexidade desses sujeitos envolvidos que constroem e se reconstróem constantemente: “Essa formulação retira a

---

<sup>1</sup> Doutora em Literatura pela UFPB, na linha de pesquisa Estudos Culturais e de Gênero, com estudos em literaturas africanas, estudos feministas e literatura de autoria feminina.

<sup>2</sup> Professor de Literatura de Língua Portuguesa no Departamento de Letras, Campus IV, e do PPGL da UFPB.

produção do gênero de um modelo essencial de identidade e a coloca em relação a uma determinada *temporalidade social*” (BUTLER, 2019, p. 214, grifo da autora). Os sujeitos, assim, se inscrevem, porém, não como um movimento completamente voluntário; pelo contrário, a regulação do gênero a partir de sua *temporalidade social* demarca as modulações recebidas por ele na sociedade:

Se os gêneros são instituídos por atos descontínuos, essa *ilusão de essência* não é nada mas além de uma ilusão, uma identidade construída, uma performance em que as pessoas comuns, incluindo os próprios atores sociais que as executam, passam a acreditar e performar um modelo de crenças. Se a base da identidade de gênero é a contínua repetição estilizada de certos atos, e não uma identidade aparentemente harmoniosa, as possibilidades de transformação dos gêneros estão na relação arbitrária desses atos, na possibilidade de um padrão diferente de repetição, na quebra ou subversão da repetição do estilo mobilizado. (BUTLER, 2019, p. 214, grifo da autora).

Como visto, trazemos para destaque, segundo a autora, a noção dessa construção, dessa *ilusão*, que se forma e é modulada pelo campo social em que os sujeitos se inscrevem dentro do processo de subjetivação. O debate desta modulação, que transcende o campo individual e voluntário, possibilita um espaço, também, de reposicionamento dos sujeitos envolvidos e um lugar de autosubjetivação e transgressão da identidade recebida e dos papéis que o gênero pode performar, buscando libertações. Nessa perspectiva, podemos dizer que categorias como a voz, o silêncio, o discurso, o corpo, a memória, a sexualidade e sua autonomia de vivência, o erótico, a identidade, o trabalho, o afeto, entre outras, passam a ser reposicionadas como categorias que tanto apresentam uma enunciação, antes desarticulada dos lugares de poder, como configuram outros sujeitos e outros corpos para ocuparem espaços de autonomia e ação.

Não obstante, compreende-se que dentro de tal discussão a ferramenta da interseccionalidade é fundamental para um entendimento dialógico com cada corpo, cada subjetividade e cada experiência sociocultural para qual esse corpo é induzido e assim o vivencia. Nessa reflexão histórica, crítica e basilar para as articulações do(s) feminismo(s) no século XX e XXI, Sueli Carneiro (2019, p. 314) destaca as assimetrias que o movimento de mulheres necessita reconhecer para sanar lacunas em sua trajetória de luta e reivindicações. A autora interroga de que mulher estávamos falando, desde o início do século XX, quando se explicitava a necessidade de rompimento com “o mito da rainha do lar”, o “mito da fragilidade feminina”, e ainda a denúncia do sujeito feminino posta na sociedade como “subproduto do homem” na instituição da família, do matrimônio e na sociedade. Assim, a autora destaca que esse feminino tratado historicamente nos movimentos de luta feminista de mulheres brancas tinha uma localização social e identitária marcada. No importante texto “Enegrecer o

feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” a pensadora nos aponta que:

a unidade de luta das mulheres nas sociedades não depende apenas de nossa capacidade de superar desigualdades geradas pela hegemonia masculina, mas exige também a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. (CARNEIRO, 2019, p. 315).

A discussão proposta por Sueli Carneiro (2019, p. 315) abre um leque de possibilidades para pensar o lugar das mulheres negras em um espaço diaspórico multifacetado. O espaço diaspórico nos permite pensar uma ampliação epistemológica do conceito de sororidade. Até que ponto as mulheres em estado de sororidade agregam e segregam os feminismos? Temos que pensar e rever muitos conceitos, como: maternidade, negritude, branquitude, transfobia, homossexualidade, lesbiandade, sexismo, casamento, família, entre muitos outros conceitos polemizados nas vozes das mulheres. A literatura, sem dúvida, é o lugar arenoso do conflito de tantas ideologias.

Os estudos literários da contemporaneidade no que diz respeito ao binômio Mulher e Literatura disponibilizou muitos avanços, principalmente ao que se refere à historiografia literária. Sem estes avanços, não teríamos acesso à leitura de obras literárias assinadas por mulheres transgressoras do porte de Maria Firmina dos Reis, Nísia Floresta, Júlia Lopes de Almeida, Carolina Nabuco, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Livia Natália, Rita Santana, entre tantas escritoras que encontraram na literatura um espaço para, por meio da palavra, socializar conhecimentos, posicionamentos políticos e, tão oportunamente, abrir as portas para as escritoras da contemporaneidade.

Nesta perspectiva, a literatura é um dos espaços de narrativização da sociedade e seus sujeitos (assim como dos seus assujeitamentos) que tanto reflete, ou pode refletir, uma norma e uma normatização, como configura vozes de transgressão no espaço ficcional. Tal ação, conseqüentemente, reverbera e volta para o campo social através da expectadora ou expectador como transformação ativa. Se estamos constantemente atuando em performatividades construídas e enunciadas, a literatura é um entremeio também para o campo ficcional, simbólico, e o real. Butler nos diz em seu artigo, intitulado “Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre a fenomenologia e a teoria feminista”, que se debruça a investigar “de que maneiras os gêneros são formados de atos corporais específicos, e quais são as possibilidades existentes para uma transformação cultural dos gêneros por meio deles” (BUTLER, 2019, p. 215). Com isso, a autora nos leva a pensar também nas possibilidades de transgressão de uma norma social ou de papéis sociais pelos seus sujeitos e sua voz.

Quando refletimos, de forma interseccionalizada, essas transgressões com a escrita de mulheres, sobretudo na contemporaneidade, destacamos como o rompimento de estruturas de base de uma sociedade falocentrada vem de uma autoria que mimetiza tais fatores da não-ficção, não necessariamente em suas discussões ou enredo, mas em sua formação enunciativa de voz e de construção da narrativa e suas personagens. Tensiona-se, assim, o discurso em que essas vozes vão construir suas perspectivas literárias que versam com a forma estético-literária e o prisma ideológico de quem conta tais histórias.

Os textos apresentados neste dossiê trazem a escrita de mulheres que dialogam com muitas dessas categorias de análise aqui supracitadas. Conceição Evaristo, Clarice Lispector, Margaret Atwood, Inês Pedrosa, Ana Maria Gonçalves, Giseli Mirabai, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, produzem/produziram uma literatura em que nos proporciona o debate em torno do gênero como uma categoria de análise literária, podendo ser interseccionada com outras categorias que trazem a complexidade e a necessidade de se articular dispositivos que fazem parte de um sistema de poder, discurso e delimitação política dos sujeitos, como raça, classe, sexualidade e linguagem. Nos lembra Audre Lorde (2019) que:

Sem dúvida, entre nós existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero. Mas não são elas que estão nos separando e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana (LORDE, 2019, p. 240).

É de fato sob a luz de pensadoras como as citadas nesta apresentação, e tantas outras, que este dossiê se propôs pensar. Mulheres no século XX e XXI que apontam a emergência de categorias interligadas no campo social e identitário junto à multiplicidade do feminino, dialogando a partir de suas diferenças para construir lutas que se encontrem e ataquem os silenciamentos e opressões geradas nos sistemas político-sociais secularmente. Como é destacado por Lorde (2019), o reconhecimento de nossas diferenças enquanto *sujeitas*, corpo, identidade, sexualidade, idade, localização social e cultural, e todas outras que se inscrevem na complexidade do ser e sua circulação em sociedade é uma notória base, necessária, para os feminismos e para a crítica feminista literária.

A literatura como produção artística e política é um espaço, também, de subversão e ação para refletir sobre como os sujeitos foram fixados no imaginário social ou como a criação literária serviu/serve de reprodução para as modulações estabelecidas nas estruturas sociais, mimetizadas como um espelho do que é normatizado. A escrita de autoria feminina, sobretudo, atua como uma contraposição quando tensiona essas normas, apontando que estas foram/são

construídas pelos agentes que disputam a manutenção dos lugares de poder com uma demarcação única e hegemônica de gênero, raça, classe e sexualidade, como já afirmado neste texto. A despeito, dentro das discussões travadas da crítica feminista, especificamente na literatura, é preciso atentar para a consciência crítica dos lugares de fala (KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2017) pertencentes a cada feminino com suas histórias e corpos distintos, para se localizar dentro de um sistema ideológico, e assumindo um posicionamento ético de se contrapor aos silenciamentos provocados pelas ideologias de opressão. Como lembra Djamila Ribeiro (2017), refletindo sobre pensadoras que *refutam a neutralidade epistemológica*,

Pensar lugares de fala para essas pensadoras seria desestabilizar e criar fissuras e tensionamentos a fim de fazer emergir não somente contra discursos, posto que ser contra, ainda é ser contra alguma coisa. Ser contra hegemônica, ainda é ter como norte aquilo que me impõe. (RIBEIRO, 2017, p. 90).

A noção de *lugar de fala* pontuada pela autora destaca como todas as pessoas partem de um lugar de fala, o que nos mostra que a consciência deste lugar situa o ponto de partida para os debates necessários. Como Djamila Ribeiro (2017) mostra, a contra hegemonia sinaliza ainda um lugar de centro, e as rupturas de uma epistemologia hegemônica “visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante” (RIBEIRO, 2017, p. 90).

Joice Berth (2018) ao dissertar sobre o *empoderamento*, a partir de uma perspectiva do feminino e, sobretudo, do movimento feminista de mulheres negras, como prisma epistemológico, lembra que uma visão focada no indivíduo sem sua relação social, e a participação desta, levou a noção de que “*empoderamento* feminino é a superação individual de certas opressões, mas sem romper de fato com as estruturas opressoras” (BERTH, 2018, p. 40, grifo da autora).

Assim, é nítido e urgente que questões de combate e oposição a ideologias e sistemas opressores como o racismo e o sexismo, entre outros, sejam posicionadas como centralidade nos movimentos de luta e contraposição por parte das mulheres. Com isso, Joice Berth (2018) completa que: “Indivíduos empoderados formam uma coletividade *empoderada* e uma coletividade *empoderada*, conseqüentemente será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu *eu social*, e de suas implicações e agravantes” (BERTH, 2018, p. 41, grifos nossos). Observamos essa perspectiva tanto na categoria da autoria feminina na literatura como na construção e análise das personagens femininas das narrativas destas autoras, além de um deslocamento de categorias estruturais como voz narrativa, espaço,

personagem, assim como das discussões travadas nessa voz enunciada pelo objeto literário e ficcional.

Grada Kilomba destaca em seu livro *Memórias da Plantação: episódios do racismo cotidiano*, a necessidade de se deslocar e questionar a noção epistemológica da história, trazendo outras epistemologias para o conhecimento, sobretudo acadêmico: “Os temas, paradigmas e metodologias do academicismo tradicional – a chamada epistemologia – refletem não um espaço heterogêneo para a teorização, mas sim os interesses políticos específicos da sociedade *branca*” (KILOMBA, 2019, p. 54, grifo da autora). Deste modo, interseccionalizar a discussão da literatura e a autoria feminina estabelece um diálogo complexo e abrangente para pensar os sujeitos que ocupam os espaços literários, dentro e fora da ficção.

A epistemologia, derivada das palavras gregas *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que significa ciência, é a ciência da aquisição do conhecimento e determina que questões merecem ser colocadas (*temas*), como analisar e explicar um fenômeno (*paradigmas*) e como conduzir pesquisas para produzir conhecimento (*métodos*), e nesse sentido define não apenas o que é conhecimento verdadeiro, mas também em quem acreditar e em quem confiar. (KILOMBA, 2019, p. 54, grifo da autora).

A partir da fala de Kilomba (2019), observa-se uma questão fundamental sobre quais sujeitos enunciadore se estabeleceram/estabelecem não só na história, mas, principalmente, na formação do conhecimento como paradigmas de que caminhos e interrogações guiaram o saber e quem fornece as perguntas que impulsionam esse mesmo saber. Como é visto no estudo da autora, tal *episteme*, além de mostrar uma marcação de território e cultura, também carrega na história uma fixação de gênero e raça, além de outros marcadores sobre os sujeitos. Tensionar esses lugares demarcados e que assumiram um papel de hegemonia é imprescindível para a crítica contemporânea da produção da arte, especialmente da literatura, no sentido, também, de explicitar o epistemicídio presente historicamente no mundo ocidental com base na hierarquização de sujeitos e corpos.

Diante disso, a literatura de autoria feminina traz produções que atuam na busca desses deslocamentos de lugares pré-determinados pela *episteme* normativa e tradicional. A transgressão é uma categoria literária, presente na história da crítica feminista do século XX e XXI, que apresenta mulheres múltiplas que transgridem ou tensionam a norma social e patriarcalista, que se apresenta com diversas formas e enunciações trazidas pelo feminino. Neste dossiê, temos a análise da transgressão na obra de Clarice Lispector, *Perto do coração selvagem*, que destaca como essa categoria se realiza na personagem feminina. Além disso, os efeitos e embates gerados diante da instituição do matrimônio sobre a independência e

autonomia das mulheres e o confronto com as normas sociais do contexto histórico da narrativa vêm à luz para elucidar a discussão.

Dialogando com um prisma transgressor e/ou subversivo, tornar-se válido refletir sobre a construção da autoria em uma perspectiva da própria metalinguagem. Neste caso, a reflexão sobre o fazer literário e a literatura como um espaço de ação política de tais sujeitos é vista no artigo que se debruça sobre a obra *Novas cartas portuguesas* das chamadas “três marias”: Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. Como é visto no artigo, as autoras trazem a literatura como um espaço libertador, um lugar de enunciação que mimetiza suas resistências também de um contexto sócio-histórico em que o feminino necessita lutar e conquistar tal espaço de voz e, também, denúncias.

Dito isto, a voz e o silêncio são categorias caras ao feminino por serem manipuladas como controle social e hierárquico pela estrutura patriarcal e por sua enunciação ativa quando reposicionada num espaço discursivo pelo feminino. Quando olhamos para a história ocidental e consolidação do patriarcalismo como estrutura ideológica que subsidia o capitalismo e suas metamorfoses até à contemporaneidade, compreende-se como o silenciamento de sujeitos, seja por categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, território, entre outros, foi e é uma ferramenta basilar para a consolidação dessa mesma estrutura. A historiadora Silvia Federici faz um estudo fundamental para esta discussão, trazendo a instituição da caça às bruxas desde o século XVI até à atualidade, com suas modificações a serviço dos sistemas de opressões. A partir da autora, observamos como a imposição do silêncio ao feminino autorizado como uma perseguição política e ideológica foi travada na sociedade pelo pensamento falocentrado: “Com a perseguição à curandeira popular, as mulheres foram expropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curativos” (FEDERICI, 2017, p. 364). O saber ancestral das mulheres, em todos os territórios e culturas do globo, constitui uma ciência que empodera e proporciona autonomia delas, e é esse mesmo saber que foi secularmente perseguido na Europa e agregado a perseguições racistas e classistas nas Américas e África, dada suas devidas especificidades nos modelos de hierarquização.

Federici (2017) expõe, em seu profundo estudo, que a perseguição referida mostra uma disputa de poder e de silenciamento de saberes e de participação do feminino na esfera pública de forma autônoma. Ao longo dos séculos essas configurações sociais e políticas se modificaram, fruto de lutas e disputas revolucionárias pelos movimentos de mulheres e pelos feminismos. Contudo, as perseguições não cessaram, o que mostra que em muitos lugares e culturas apenas mudaram suas práticas:

A caça às bruxas também ocorreu na África, onde sobrevive até hoje como um instrumento-chave de divisão em muitos países [...] Nessas regiões, a caça às bruxas tem sido acompanhada pela perda de posição social das mulheres, provocada pela expansão do capitalismo e pela intensificação da luta pelos recursos naturais, que, nos últimos anos, vem se agravando pela imposição da agenda neoliberal (FEDERICI, 2017, p. 416).

A autora traz a atualidade com um olhar atento aos territórios do Sul Global, como América Latina e o continente africano, mostrando como a autonomia e voz das mulheres é um constante lugar de disputa dentro do sistema, considerando suas especificidades nas experiências de mulheres negras, brancas e indígenas, além de suas demais categorias interseccionalizadas. Percebemos, assim, o que algumas teóricas feministas destacam, como Breny Mendoza (2017), que a visão histórica e construída do gênero se aproxima à construção da raça pelo imperialismo colonial eurocêntrico. Tais construções nos direcionam para o discernimento das colonialidades que se reconfiguram e, assim, se mantêm até o presente nos construtos de raça e gênero que são fundamentais nas sociedades ocidentais para a estrutura de organização social, divisão do trabalho e a atuação política dos sujeitos.

Quando pensamos na literatura como um lugar de enunciação e reconstrução, tanto do presente como do passado histórico, temos o apontamento destas relações de colonialidades supracitadas. É a partir disso que sujeitos que não estão dentro de uma localização histórica e ideológica de universalidade, dita pelo cânone e pelo eurocentrismo, narram ficções em diálogo com suas vivências, o que não direciona, necessariamente, a escrita literária para uma ligação direta com as realidades não-ficcionais como reprodução biográfica. Na verdade, é a mimetização das experiências do mundo real, não narradas anteriormente na história das literaturas ocidentais sob esse prisma de enunciação, como do feminino, que estão em destaque, trazendo, assim, epistemologias múltiplas para os debates que se mostram necessários.

O artigo que trabalha a obra da escritora Margaret Atwood, e que compõe este dossiê, abarca as relações de gênero a partir de um olhar sobre relações de dominação e silêncio como categoria de análise na literatura. Com o estudo, observa-se como relações fundamentais na sociedade como a estrutura da família “tradicional” e, conseqüentemente, a concepção do matrimônio para essa sociedade, participam dessas regulações tanto da voz como do corpo feminino.

Também pensando no corpo, temos uma aproximação das literaturas de Conceição Evaristo e Inês Pedrosa, refletindo sobre o conhecimento de si a partir dessa relação corpórea.

Adiante, segue-se reflexões que caminham tanto pela noção de ruptura de uma personagem feminina com as normas sociais que as envolve, como uma construção subjetiva



através de sua percepção com o espaço e o tempo em que habita, como é visto na análise sobre a narrativa de Giseli Marabai, *Machamba*.

O último texto que encerra este dossiê temático traz um estudo sobre o *nomear-se* e *resistir*, na obra *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. Aqui temos um estudo da obra a partir de reflexões sobre a identidade da personagem principal e como esta, sendo uma representação de uma heroína negra da nossa história não-ficcional, apresenta uma reescrita dessa mesma história, o que mostra a transcendência da literatura, capaz de modificar também o passado escrito e narrado por apenas um lado.

Logo podemos afirmar que este dossiê abre mais possibilidades de leitura sobre os textos literários de autoria feminina no sentido de problematizar as relações de raça, classe e gênero; e também amplia perspectivas de pesquisa sobre as tendências contemporâneas de autoria feminina no sentido de dar visibilidade às novas formas de manifestação do literário.

## REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe, gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MENDOZA, Breny. A epistemologia do sul, a colonialidade de gêneros e o feminismo latino-americano. In: BRANDÃO, Izabel (org.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

NATÁLIA, Livia. *Água negra e outras águas*. Salvador: EPP, 2016.



